UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EMANUELLY ARAÚJO FERREIRA
MARIA CLARA MARTINS FRANÇA

A CRISE DO ENTRE-GUERRAS E A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA CAPITALISTA

UBERLÂNDIA
2025

I. INTRODUÇÃO

A transição entre as primeiras décadas do século XX e o período subsequente à Segunda Guerra Mundial representa um dos momentos de maior ruptura na história do capitalismo contemporâneo. O colapso da ordem liberal do século XIX, fundamentada no mito do mercado autorregulado e na estabilidade precária do Padrão-Ouro, não constituiu um episódio isolado de instabilidade, mas uma crise sistêmica de proporções globais. Conforme sustenta Eric Hobsbawm, esse intervalo, caracterizado como a "Era da Catástrofe", desarticulou as bases políticas e econômicas da globalização precoce, evidenciando a exaustão de um modelo que negligenciava as tensões sociais inerentes à mercantilização da vida (Hobsbawm, 1995). Nesse contexto, a análise de Karl Polanyi (2000) torna-se fundamental ao demonstrar que a tentativa de instituir um mercado dissociado da regulação social gerou um "contramovimento" defensivo, compelindo o Estado a assumir um papel central na gestão econômica como condição para a própria sobrevivência do sistema capitalista.

À luz desse quadro, este trabalho investiga em que medida a crise do entre-guerras redefiniu a relação entre Estado e economia, abrindo caminho para um novo padrão de desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial. Sustenta-se a tese de que, longe de representar um mero ajuste cíclico, o período dos "Anos de Chumbo" promoveu uma transformação estrutural que substituiu a ortodoxia liberal por estratégias nacionais de desenvolvimento e pelo fortalecimento da intervenção estatal (Mazzucchelli, 2009).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de caráter analítico, estabelecendo um diálogo entre as contribuições de Hobsbawm, Polanyi e outros autores da Economia Política Internacional. Para desenvolver esse argumento, o texto organiza-se em quatro partes principais: inicialmente, analisa-se a desintegração da ordem liberal; em seguida, examina-se a Grande Depressão como catalisador da falência do *laissez-faire*[1]; posteriormente, discutem-se as transformações teóricas e práticas no papel do Estado; e, por fim, apresentam-se as características do capitalismo regulado e da ordem de Bretton Woods.

II. CRISE DA ORDEM LIBERAL

[1] Expressão de origem francesa (laissez faire, laissez passer) que sintetiza o núcleo do liberalismo econômico clássico. Define um modelo de organização no qual o mercado é regido por leis naturais de autorregulação, como a "mão invisível", pressupondo a não intervenção do Estado na esfera econômica. No contexto do entre-guerras, o apego a essa doutrina e ao mecanismo do mercado autorregulado é apontado por autores como Polanyi como um dos fatores que inviabilizaram a estabilidade social frente às crises sistêmicas do capitalismo. (Polanyi, 2000)

O funcionamento da economia global antes de 1914 repousava sobre o que se convencionou chamar de "os quatro pilares da estabilidade": o sistema de equilíbrio de poder, o Padrão-Ouro internacional, o mercado autorregulado e o Estado liberal. No centro dessa arquitetura estava a crença inabalável na capacidade do mercado de organizar a vida social de forma autônoma. Segundo Karl Polanyi, essa tentativa de separar a economia da sociedade foi uma inovação histórica singular e perigosa, pois pressupunha que a terra, o trabalho e o dinheiro poderiam ser tratados como mercadorias puras, sujeitas apenas à lei da oferta e da demanda (Polanyi, 2000). Esta "utopia liberal" permitiu um crescimento comercial sem precedentes durante o século XIX, mas ao custo de desenraizar as relações sociais e subordinar a sobrevivência humana à volatilidade dos preços de mercado.

Sob esse viés, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 não foi apenas um conflito militar, mas o marco do colapso definitivo dessa civilização do século XIX. Hobsbawm caracteriza o período que se inicia neste momento como a "Era da Catástrofe":

> Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa [...] (Hobsbawm, 1995, p. 14).

Essa sucessão de calamidades e a emergência de alternativas sistêmicas ao capitalismo, conforme descrito pelo autor, desarticularam as bases políticas e econômicas que sustentavam a globalização precoce. O conflito e as revoluções subsequentes destruíram as redes de comércio transnacionais, drenaram as reservas de ouro das potências europeias e transformaram nações credoras em devedoras. O liberalismo, que antes parecia ser o destino natural da humanidade, passou a ser visto como um sistema incapaz de manter a ordem mínima necessária para a convivência entre as nações e para a estabilidade interna das sociedades.

Ademais, a fragilidade das instituições econômicas internacionais no pós-guerra tornou-se evidente na tentativa infrutífera de restaurar o Padrão-Ouro nos moldes anteriores. Charles Kindleberger argumenta que a estabilidade do sistema internacional no século XIX dependia de uma liderança hegemônica, exercida pela Grã-Bretanha, que atuava como emprestadora de última instância e garantia a manutenção de mercados abertos (Kindleberger, 1986). No entanto, após 1918, a Inglaterra não possuía mais os recursos para exercer esse papel, enquanto os Estados Unidos, a nova potência emergente, não estavam dispostos a assumir os custos dessa liderança. O resultado foi um vácuo de

poder internacional que levou ao protecionismo desenfreado, a desvalorizações competitivas e à falência da cooperação econômica global.

Do ponto de vista social, o capitalismo liberal gerou tensões insustentáveis que alimentaram a crise institucional. Polanyi descreve este fenômeno como o "duplo movimento": à medida que o mercado tentava se expandir e desregulamentar a vida social, a sociedade reagiu instintivamente através de um contramovimento de proteção (Polanyi, 2000). No entre-guerras, essa reação manifestou-se na pressão popular por legislações trabalhistas, seguros-desemprego e proteção contra a volatilidade econômica. Desse modo, a rigidez do Padrão-Ouro, que exigia que os governos priorizassem a estabilidade da moeda em detrimento do bem-estar interno, tornou-se politicamente insuportável em uma era de crescente participação de massas (Hobsbawm, 1995).

A crise do liberalismo foi, portanto, multidimensional. Economicamente, o mercado autorregulado provou ser incapaz de gerir as flutuações violentas da demanda global; institucionalmente, a falta de uma liderança estabilizadora impediu uma resposta coordenada às crises; e socialmente, o custo humano da ortodoxia liberal tornou o sistema ilegítimo aos olhos da população. Como bem pontua Hobsbawm, a economia do entre-guerras foi marcada por um sentimento de precariedade absoluta, onde "o passado estava morto" e o futuro parecia sombrio (Hobsbawm, 1995). O colapso da ordem liberal internacional não foi um acidente de percurso, mas o resultado inevitável de um modelo que ignorou os limites estruturais da intervenção humana na natureza e na sociedade.

Dessa forma, a transição para um novo modelo de intervenção estatal não ocorreu por mera escolha intelectual, mas por uma necessidade de sobrevivência do próprio capitalismo. A falência institucional descrita por Kindleberger e a crítica social de Polanyi convergem para demonstrar que a ordem liberal do século XIX havia atingido seu esgotamento estrutural. Os "Anos de Chumbo" representaram, assim, o doloroso processo de decomposição desse liberalismo clássico, preparando o terreno para as profundas transformações que seriam catalisadas pela Grande Depressão de 1929 (Mazzucchelli, 2009).

III. A GRANDE DEPRESSÃO

Se a Primeira Guerra Mundial abalou as estruturas da civilização do século XIX, a Grande Depressão de 1929 foi o evento que revelou, de forma definitiva, a inviabilidade do modelo de mercado autorregulado. A crise não se restringiu a um ajuste cíclico do capitalismo, mas manifestou-se como uma paralisia sistêmica que as ferramentas da ortodoxia liberal foram incapazes de remediar. Para compreender a profundidade desse colapso, é necessário analisar como as próprias regras do sistema financeiro internacional atuaram como mecanismos de propagação e aprofundamento da depressão.

Um dos obstáculos centrais para qualquer tentativa de recuperação econômica no período foi a adesão dogmática ao Padrão-Ouro. Barry Eichengreen utiliza a metáfora dos "Grilhões de Ouro" (*Golden Fetters*) para descrever como este sistema limitou a soberania monetária dos Estados. Sob as regras liberais, a prioridade máxima dos bancos centrais era a manutenção da paridade cambial e a conversibilidade da moeda em ouro. Como resultado, em vez de expandirem a oferta monetária para injetar liquidez no mercado e reduzir o desemprego, os governos foram forçados a elevar as taxas de juros e cortar gastos públicos para evitar a fuga de capitais e proteger suas reservas (Eichengreen, 1996). Assim, o compromisso com a "credibilidade" liberal impôs uma camisa de força que transformou uma recessão severa em uma catástrofe prolongada.

Nesse contexto, a propagação dessa crise em escala global foi acelerada pela desarticulação institucional descrita por Charles Kindleberger. O autor sustenta que a depressão foi agravada por uma falha de liderança: a Grã-Bretanha não detinha mais a hegemonia econômica para estabilizar o mercado, enquanto os Estados Unidos, apesar de possuírem os recursos, recusaram-se a assumir a responsabilidade de agir como emprestadores de última instância (Kindleberger, 1986). Sem um coordenador internacional, os países mergulharam em uma espiral de protecionismo agressivo e desvalorizações competitivas, as chamadas políticas de "empobrecer o vizinho", que levaram ao colapso do comércio mundial. Entre 1929 e 1932, o valor do comércio global encolheu em cerca de dois terços, transformando o que era um sistema interconectado em um mosaico de economias independentes e hostis.

Além disso, no plano social, as consequências da depressão foram devastadoras e imediatas. Hobsbawm argumenta que o desemprego em massa foi a face mais visível e politicamente perigosa da crise. Para as sociedades que haviam sido integradas à lógica do mercado liberal, a perda súbita de meios de subsistência não foi apenas uma dificuldade econômica, mas uma falha moral do sistema. O desemprego não era mais apenas uma tragédia individual ou um problema social; tornou-se um desastre político que ameaçava as fundações da ordem estabelecida (Hobsbawm, 1995). A incapacidade dos governos liberais de oferecer respostas eficazes à miséria das massas gerou uma crise de legitimidade que alimentou a radicalização política. Nesse vácuo de respostas da ortodoxia clássica, floresceram soluções extremas, desde o avanço do fascismo na Europa até a ascensão de alternativas autoritárias que prometiam a segurança econômica em troca da liberdade política.

Dessa forma, a Grande Depressão evidenciou que o mercado autorregulado era uma ficção perigosa em um mundo de complexidade industrial e interdependência financeira. A crença de que os preços e salários se ajustariam naturalmente para restaurar o equilíbrio foi desmentida pela realidade de uma deflação persistente e de uma demanda paralisada. Como aponta Frederico Mazzucchelli, este

período de "Anos de Chumbo" representou o momento em que a ideologia do *laissez-faire* perdeu sua capacidade de organizar a realidade econômica (Mazzucchelli, 2009).

Portanto, o resultado da crise de 1929 foi a percepção generalizada de que a estabilidade do capitalismo não poderia mais ser deixada sob as forças de mercado. O colapso revelou que a sobrevivência do próprio sistema dependia de uma intervenção deliberada e regulada do Estado, capaz de gerir a demanda e garantir o bem-estar social. Este diagnóstico selou o fim da hegemonia liberal e preparou o caminho para a revolução teórica e política que seria consolidada nos anos seguintes, redirecionando o papel do Estado para o centro da coordenação econômica global.

IV. A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a eclosão da Grande Depressão em 1929 marcaram o colapso definitivo da Ordem Liberal Burguesa e da regulação econômica baseada exclusivamente nos mecanismos de livre mercado (Mazzucchelli, 2009). A sucessão de crises devastadoras nessas décadas evidenciaram a fragilidade das estruturas econômicas globais e pressionaram uma reavaliação radical do papel do Estado na economia.

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial exigiu das nações uma mobilização produtiva que seria impossível sob as regras do mercado livre e o esforço bélico exigido impôs a substituição de mecanismos de mercado pela centralização das decisões em órgãos estatais, deixando de lado os dogmas do laissez-faire (Mazzucchelli, 2009). As políticas deflacionárias clássicas (baseadas no corte de gastos públicos, elevação de juros e redução de salários) aplicadas nos EUA e na Alemanha, apenas aprofundaram a crise e transformaram a recessão em uma depressão econômica internacional (Mazzucchelli, 2009).

IV. 1 A EXPANSÃO DA INTERVENÇÃO ESTATAL

No campo teórico, o economista John Maynard Keynes se posicionava contra a doutrina do laissez-faire e o "Sistema de Manchester", argumentando que as premissas da teoria clássica raramente se verificavam no mundo real (Keynes, 1936). Keynes demonstrou que, ao contrário do que era pregado pelos clássicos, os mercados de investimento eram submissos à psicologia das massas e a flutuações irracionais dos agentes econômicos e, por isso não poderiam ser deixados unicamente em mãos privadas, sem qualquer intervenção do Estado (Keynes, 1936). Com isso, a regulação e intervenção consciente do Estado, tornou-se uma necessidade de sobrevivência do próprio capitalismo em Keynes.

A expansão da intervenção estatal foi visível na Europa: na Alemanha nazista, embora sob um regime totalitário e com objetivos de dominação militar, a economia foi inteiramente tutelada e

subordinada à política de Estado (Mazzucchelli, 2009). O grande capital foi reduzido à condição de parceiro subalterno do projeto governamental do Estado nazista, o que importava era que o Estado tivesse o comando e o controle sobre as atividades principais dos bancos, da agricultura e da indústria. O que se consolidou globalmente, foi a premissa de que a preservação do interesse público, o desenvolvimento e a estabilidade exigiam uma organização estatal forte, capaz de impor limites à lógica muitas vezes predatória do mercado e das grandes corporações (Mazzucchelli, 2009).

IV. 2 POLÍTICAS DE ESTÍMULO ECONÔMICO

Em 1931, a desvalorização da libra possibilitou maior autonomia para movimentos na taxa de juros em relação ao câmbio, passando a ser utilizada para incentivar a economia interna. O combate à insuficiência de demanda agregada levou os Estados a adotarem políticas agressivas de estímulo econômico, já que os fatores domésticos passaram a ser enxergados como determinantes para as políticas monetárias e a defesa do câmbio não ocupava mais lugar de prioridade nos governos (Mazzucchelli, 2009).

No plano fiscal, o gasto público foi reconhecido por Keynes como o motor dinâmico capaz de reverter o colapso das expectativas privadas, já que quando as perspectivas de lucro diminuem, a propensão a reter liquidez aumenta; logo, o governo deveria intervir, a fim de aquecer a economia (Keynes, 1936). O *New Deal* [2] materializou essa análise através de gigantescos programas de obras públicas e assistência direta, que empregaram milhões de trabalhadores e injetaram bilhões de dólares na economia norte-americana. Na Alemanha, o Banco Central financiou os déficits do Estado através de títulos para obras rodoviárias e encomendas industriais, erradicando o desemprego antes do início da guerra (Mazzucchelli, 2009).

IV. 3 FORTALECIMENTO DOS MERCADOS DOMÉSTICOS

A crise revelou que a dependência excessiva das flutuações do comércio internacional e das finanças externas era insustentável para qualquer economia no Sistema Internacional, por isso a nova concepção do Estado priorizou o equilíbrio e a prosperidade interna em vez de sacrifícios deflacionários em prol da balanço de pagamentos (Mazzucchelli, 2009). O *New Deal* americano reconheceu que a desigualdade e os baixos salários eram entraves estruturais à recuperação e que apenas com a ampliação do poder de compra das massas isso poderia se concretizar. Através da

[2] Representou a materialização da crítica ao *laissez-faire*, demonstrando que a sobrevivência do capitalismo dependia da intervenção estatal deliberada para suprir a insuficiência de demanda agregada. Sob essa ótica, o gasto público atuou como o motor dinâmico capaz de reverter o colapso das expectativas privadas e validar a gestão macroeconômica consciente como ferramenta de estabilidade e pleno emprego (Keynes, 1936).

National Recovery Administration (NRA) e, posteriormente, do *Wagner Act*,[3] o Estado garantiu o direito de organização sindical, estimulou a negociação coletiva e instituiu pisos salariais para ampliar a capacidade aquisitiva da classe trabalhadora (Mazzucchelli, 2009).

Na Inglaterra, a recuperação dos anos 1930 também foi impulsionada pela demanda doméstica, com um boom na construção residencial, no desenvolvimento de subúrbios e no consumo de bens duráveis que puxaram as chamadas "novas indústrias" (Mazzucchelli, 2009). Keynes teorizou que uma política nacional focada no pleno emprego e na melhoria da propensão ao consumo doméstico era essencial não apenas para a estabilidade econômica, mas para eliminar a luta mercantilista predatória por mercados externos, favorecendo a paz internacional (Keynes, 1936).

V. O NOVO CAPITALISMO PÓS-GUERRA

No capitalismo contemporâneo, o Estado deixou de ser um mero garantidor de direitos de propriedade e contratos para se converter no instrumento primário de ação coletiva da nação em prol do desenvolvimento econômico e da estabilidade. Nas nações ricas, essa metamorfose deu origem ao Estado de Bem-Estar Social, uma estrutura democrática que interveio para garantir direitos sociais, mediar conflitos de classe e sustentar a demanda agregada (Bresser-Pereira, 2018).

Enquanto isso, nas nações periféricas ou de industrialização atrasada, como na América Latina (com destaque para Brasil e México), a crise da década de 1930 representou uma janela de oportunidade que permitiu o início de suas revoluções industriais e nacionais (Bresser-Pereira, 2018). Nesses países, emergiu o "nacional-desenvolvimentismo", uma estratégia de desenvolvimento que pressupunha um acordo ou pacto nacional unindo a burguesia industrial nascente, a tecnoburocracia estatal e os trabalhadores urbanos. Para superar a condição semicolonial e alcançar os países desenvolvidos, o Estado desenvolvimentista assumiu o papel de promover a acumulação primitiva de capital necessária ao desenvolvimento e atuar diretamente na coordenação dos investimentos que o setor privado nacional não tinha condições de absorver (Bresser-Pereira 2018).

A eficácia do Estado desenvolvimentista materializou-se no uso extensivo do planejamento e de vigorosas políticas industriais, através do reconhecimento das falhas e dos limites do mercado para alterar as estruturas produtivas, os governos da época empregaram o planejamento informal e a alocação deliberada de recursos ociosos em direção à infraestrutura econômica básica (como energia,

[3] *National Recovery Administration* (NRA) buscou estabilizar preços e salários para coordenar a produção industrial, enquanto o *Wagner Act* consolidou o direito de negociação coletiva. Juntos, esses mecanismos validaram a gestão macroeconômica consciente como ferramenta essencial para a recuperação do emprego e a sustentação do consumo de massa. (Mazzucchelli, 2009; Keynes, 1936).

transportes e comunicações), frequentemente por meio da criação de grandes empresas estatais (Bresser-Pereira, 2018).

A política industrial estruturou-se primariamente em torno da substituição de importações e da proteção de indústrias nascentes, uma estratégia indispensável para economias que precisavam internalizar a manufatura. Para viabilizar esse processo, os Estados latino-americanos aplicaram, ainda que de modo pragmático e intuitivo, complexos sistemas de administração cambial, envolvendo taxas múltiplas de câmbio, tarifas de importação e subsídios (Bresser-Pereira, 2018). Na prática, essas ferramentas protecionistas neutralizam a crônica tendência à sobrevalorização da moeda originada pela abundância de recursos naturais exportáveis, permitindo assim que o setor industrial que utilizasse tecnologia mais sofisticada se tornasse economicamente viável (Bresser-Pereira, 2018).

A nova ordem superou as rivalidades mercantilistas predatórias ao ancorar-se no sistema de Bretton Woods e em um quadro analítico renovado. Nos países centrais, a coordenação macroeconômica baseada nos preceitos keynesianos mitigou fortemente as crises cíclicas, enquanto o modelo produtivo fordista permitiu a produção em massa e o correspondente consumo de massa, que alicerçado em salários reais crescentes, sustentou taxas de crescimento nas décadas seguintes (Bresser-Pereira, 2018).

Em síntese, a transição entre o colapso dos anos 1930 e a ordem do pós-guerra marca a passagem de um modelo de mercado cego e passivo para um sistema de gestão macroeconômica consciente. O Estado firmou-se como o motor do desenvolvimento, financiando o progresso, moldando a política industrial e mediando as tensões sociais. Essa simbiose entre Estado e mercado garantiu três décadas de crescimento acelerado e inclusão social, provando o sucesso histórico do desenvolvimentismo antes de ser novamente desafiado pelo revés neoliberal originado nos choques da década de 1970 (Bresser-Pereira, 2018).

> Nos anos 1970, o fim da conversibilidade do dólar, o primeiro choque do petróleo da OPEP, o aumento generalizado dos preços das commodities e a estagflação relacionada à inflação de custos causada por pressões de sindicatos interromperam um período de 30 anos de crescimento elevado e desigualdade declinante os "30 Anos Gloriosos" (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 4).

VI. CONCLUSÃO

Em síntese, a análise do período entre-guerras demonstra que a transição da ordem liberal do século XIX para o capitalismo regulado do pós-Segunda Guerra Mundial não decorreu de meros ajustes cíclicos, mas do esgotamento estrutural do modelo baseado no mito do mercado autorregulado (Mazzucchelli, 2009). Como evidenciado ao longo da análise, a tentativa de subordinar a vida social às

leis da oferta e da demanda gerou tensões políticas e sociais insustentáveis, culminando na "Era da Catástrofe" e na paralisia econômica da Grande Depressão de 1929.

A rigidez institucional do Padrão-Ouro, aliada à ausência de uma liderança hegemônica internacional, aprofundou a desintegração econômica global e evidenciou a falência da doutrina do *laissez-faire*. Nesse contexto, o "contramovimento" descrito por Karl Polanyi expressou a reação das sociedades à instabilidade sistêmica, pressionando o Estado a abandonar sua postura passiva e assumir um papel ativo na coordenação econômica. A partir desse cenário, a inflexão teórica promovida por John Maynard Keynes forneceu os fundamentos para legitimar a intervenção estatal, substituindo a ortodoxia liberal por políticas orientadas à gestão da demanda, ao pleno emprego e à estabilidade social.

Dessa forma, conclui-se que a crise do entre-guerras redefiniu de maneira estrutural a relação entre Estado e economia, inaugurando um novo padrão de desenvolvimento no capitalismo do pós-guerra. A ordem internacional consolidada em Bretton Woods, bem como a expansão do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais e do nacional-desenvolvimentismo nas economias periféricas, evidenciam a centralidade do Estado como agente de estabilização e promoção do crescimento.

Por fim, o período analisado demonstra que a sobrevivência do capitalismo esteve, e permanece, intrinsecamente condicionada à regulação pública. A articulação entre Estado e mercado possibilitou décadas de crescimento e inclusão social, ainda que tal arranjo tenha sido posteriormente tensionado pelas transformações econômicas das décadas finais do século XX, indicando que essa relação segue em constante reconfiguração histórica.

VII. REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

EICHENGREEN, Barry. **Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-1939.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: **o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money.** [S. l.]: ISN ETH Zurich, 1936. Disponível em: http://etext.library.adelaide.edu.au/k/keynes/john_maynard/k44g/k44g.html. Acesso em: 10 mar. 2026.

KINDLEBERGER, Charles P. **The World in Depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1986.

MAZZUCCHELLI, Frederico. **Os Anos de Chumbo**: **economia e política internacional no entre-guerras**. São Paulo: UNESP/FACAMP, 2009

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: **as origens políticas e econômicas de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.